

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

MARIA LETÍCIA NOLASCO CARDOSO

**A VÍTIMA DA NOTÍCIA
COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ATRAVÉS
DAS LENTES DO JORNALISMO**

Mariana-MG

2021

MARIA LETÍCIA NOLASCO CARDOSO

**A VÍTIMA DA NOTÍCIA
COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ATRAVÉS
DAS LENTES DO JORNALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Felipe Viero Kolinski Machado Mendonça

Mariana-MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C268v Cardoso, Maria Leticia Nolasco.
A Vítima da Notícia [manuscrito]: Compreendendo A Violência Contra
A Mulher Através Das Lentes Do Jornalismo. / Maria Leticia Nolasco
Cardoso. - 2021.
24 f.: . + Site contendo longa reportagem.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Viero Kolinski Machado Mendonça.
Produção Científica (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro
Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Crime e imprensa. 2. Homicídio. 3. Violência contra as mulheres. I.
Mendonça, Felipe Viero Kolinski Machado. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU 343.54-055.2

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Letícia Nolasco Cardoso

A vítima da notícia: compreendendo a violência contra a mulher através das lentes do jornalismo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em jornalismo.

Aprovada em 01 de setembro de 2021

Membros da banca

Doutor - Felipe Viero Kolinski Machado Mendonça - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutora - Karina Gomes Barbosa - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutora - Marta Regina Maia - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Felipe Viero Kolinski Machado Mendonça, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 06/04/2022



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Viero Kolinski Machado Mendonça**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 06/04/2022, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0307021** e o código CRC **CC872A58**.

Dedico esse trabalho a todas as mulheres, principalmente às 97% que já sofreram algum tipo de assédio. Nós não estamos sozinhas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e aos meus professores que acompanharam minha trajetória no curso de Jornalismo, por todos momentos de aprendizado acadêmico e não acadêmico vividos ali dentro. Completar minha formação sem voltar a esse ambiente é uma grande tristeza, mas carrego com carinho as lembranças e experiências adquiridas.

Agradeço também, aos meus amigos e minha família, em especial a minha mãe, Maria de Lourdes Nolasco Cardoso, por diretamente contribuir com meu trabalho de conclusão e, por diversas vezes, ajudar-me durante o curso. E ao meu pai, José Eustáquio Cardoso, por sempre garantir tudo que precisava para poder completar minha graduação.

Ao meu orientador, Felipe Viero Kolinski Machado Mendonça, por cumprir seu papel com maestria, guiando-me mesmo quando estava completamente desorientada, orientando-me e se disponibilizando a todo momento. Agradeço a ele também, por todos momentos de debate dentro e fora das salas de aula, que, por vezes, tomavam-nos todo tempo livre com diálogos que contribuíram com a minha formação profissional e pessoal.

RESUMO

O que se busca nesta reportagem-gênero representativo do Trabalho de conclusão do curso de jornalismo - é examinar um conjunto de notícias veiculadas na mídia falada, enquanto representativo de prática de um discurso que reforça narrativas misóginas, a partir de referencial teórico de pesquisadores de mídia e gênero. Nessa perspectiva, pretende-se, primeiramente, compreender alguns mecanismos que colocam em destaque o papel que é dado à mulher, ainda nos dias atuais, na sociedade, em casos de feminicídio e violência de gênero.

Através do memorial, busco compreender de que forma alguns conceitos apresentados pelos estudiosos do jornalismo popular e de representações de gênero na mídia aparecem na escolha dos temas e na construção das matérias sobre a figura feminina apresentadas pela Rede Record e a Rede Globo.

Palavras-chaves: feminicídio, mídia e gênero, mídia e sociedade, violência contra a mulher.

ABSTRACT

What is sought in this article - representative genre of the Journalism Course assignment - is to examine a set of news broadcast in spoken media, as representative of the practice of a discourse that reinforces misogynistic narratives, from the theoretical framework of media's and gender's researchers. From this perspective, it is intended, firstly, to understand some mechanisms that highlight the role given to women, even today, in society in cases of femicide and gender violence.

Through the memorial, I seek to understand how some concepts presented by scholars of popular journalism and gender representations in the media appears in the choice of themes and in the construction of articles about the female figure presented by Record and Globo.

Keywords: feminicide, media and gender, media and society, violence against women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. JORNALISMO POPULAR	
1.1. O QUE É JORNALISMO POPULAR?	10
1.2. COMO PENSAR UM JORNALISMO POPULAR DE QUALIDADE?	12
2. A MULHER NA MÍDIA	15
DIÁRIO DE PRODUÇÃO	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo a criação de um produto jornalístico, uma grande reportagem, analisando casos de violência contra a mulher noticiados em telejornais. A ideia do trabalho surgiu mediante a necessidade de reinventar o Trabalho de Conclusão de Curso, após a queda do primeiro projeto. A manutenção do tema e objetivo do trabalho era indispensável para mim, fazendo com que, o que antes era para ser um livro de reportagem que, inspirado no jornalismo de não-ficção, abordando um caso específico a partir de uma fonte específica, transformasse numa grande reportagem¹.

A escolha do tema se deu através da percepção da narrativa feita pelos jornais e pela população sobre os casos de violência e feminicídio, que costumam invisibilizar e desvalidar a vítima, como afirma Bárbara Caldeira em *Dar-se a ver: Textualidades, gêneros e sexualidades em estudos da Comunicação (2018)*: “A narrativa noticiosa e o fazer jornalístico direcionam perguntas ao mundo de referência, aos eventos violentos, ofertando pistas de quais são as lentes a partir das quais o jornalismo olha para a violência contra a mulher, muitas vezes não a reconhecendo como tal” (CALDEIRA; 2018. p.155). A grande reportagem vem, então, com uma proposta de narrativa humanizada e educativa, tanto para possíveis vítimas ou mulheres que já vivenciaram violência, quanto para aquelas que possam se encontrar em uma situação de risco. O memorial que acompanha o produto tem o objetivo de compreender as possibilidades narrativas dentro do jornalismo e a estrutura do jornalismo popular. Esse memorial também acompanha um diário de campo, onde explico como foi, na prática, a produção da grande reportagem, bem como as dificuldades, os resultados esperados e os resultados obtidos a partir das condições ambientais e emocionais acerca das entrevistas e produção da matéria.

Para a produção do produto, iniciei com uma pesquisa de casos a partir das duas principais emissoras de televisão do país que, de acordo com a Kantar IBOPE Media², são Rede Globo e a Rede Record. Apesar de ocuparem, respectivamente, o primeiro e segundo lugares em audiência, as emissoras e suas produções jornalísticas possuem estilos completamente diversos e direcionados, também, a diferentes públicos. Como analisa Adriano de Oliveira Sampaio em *Como as TVs pensam suas próprias marcas? Um olhar sobre o posicionamento*

¹ A mudança se deu devido a dificuldade de comunicação com a fonte que se encontrava em um período conturbado da vida. Optamos então, em comum acordo, de guardar a ideia pra um outro momento.

² Link de acesso para o Ranking do Kantar IBOPE Media: <https://www.kantaribobemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-02-08-a-08-08-2021/>

de marca da TV Record e TV Globo nos telejornais das 20 horas (2007-2009), cada canal cria sua identidade à medida que conquista seu público: “Progressivamente, os canais e os programas de televisão estão se constituindo graças às suas marcas identitárias e assumindo certa personalidade em relação ao mundo midiático.” (SAMPAIO; 2007-2009. p.3). A partir de então, foram selecionados quatro coberturas jornalísticas de casos de violência contra a mulher, sendo três da Rede Record e uma da Rede Globo. A diferença de número se dá pelos próprios casos: enquanto os casos da Record eram mais curtos e menos detalhados, o retratado pela Globo foi dado em diversas reportagens extensas e com vários capítulos.

Como já dito anteriormente, a escolha do tema se deu a partir do desejo de investigar a situação da mulher na sociedade e a imagem atribuída a figura feminina na mídia, numa percepção dentro e fora do jornalismo, trazendo um olhar crítico a esse respeito. *O Atlas da Violência do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020)* revelou que, em 2018, no Brasil, uma mulher foi assassinada a cada duas horas, sendo 68% mulheres negras. A taxa de homicídio doméstico de mulheres aumentou 8,3% entre 2013 e 2018, sendo 25% por armas de fogo. As estatísticas são claras, entretanto cabe aqui refletir sobre alguns questionamentos: o entendimento do que leva a esses índices também é claro? É possível compreender e desmistificar o abusador e a vítima? Qual a responsabilidade do jornalismo sobre a narrativa e compreensão social? Essas perguntas são os pilares desta pesquisa e é o que este trabalho de conclusão de curso busca tentar responder através de uma grande reportagem e de um memorial que se voltam ao jornalismo e as suas possibilidades narrativas, buscando dialogar com estudiosos da psicologia, a fim de fazer uma análise crítica do há por trás da misoginia e a possibilidade educacional das reportagens.

Nos capítulos subsequentes, buscarei compreender a narrativa midiática em relação à violência contra a mulher e a estrutura do jornalismo popular, a partir das análises feitas por Bruno Souza Leal, Carlos Alberto de Carvalho e Elton Antunes em *Um Problema Cotidiano: Jornalismo e violência contra a mulher no Brasil (2020)*, por Márcia Franz Amaral em *Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular? (2006)*, pelo Instituto Patrícia Galvão em *Feminicídio #InvisibilidadeMata (2016)* e por Fabíola Carolina de Souza em *Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas (2020)*.

Espero, com este trabalho, revelar e destacar os sinais primários de abuso em casos de violência doméstica, como homens agressores são apenas indivíduos comuns e que as vítimas não são mulheres frágeis sem identidade própria além da relação com o agressor. Busco,

também, mostrar como o jornalismo popular atua e pontua as mudanças necessárias para uma narrativa mais humanizada acerca da violência contra a mulher na mídia.

1. JORNALISMO POPULAR

1.1 O QUE É JORNALISMO POPULAR?

Como afirma a professora Fabíola Carolina de Souza (2020) em *Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas*, a concepção mais conhecida de jornalismo popular se dá no conceito do comercial, colocando o jornalismo popular associado ao gosto das massas. Não completamente errada, essa teoria é limitada e ineficácia de traduzir o jornalismo popular brasileiro. Como afirma Fabíola de Souza (2020), definir como um produto que atende ao gosto das massas é assumir que as diferentes culturas populares brasileiras pensem da mesma forma, o que não condiz com a realidade:

O popular é assim associado à ideia de popularidade, ao que vende maciçamente, ao que agrada as multidões. Tal visão, no entanto, é frágil e limitada, na medida em que se baseia exclusivamente no gosto e aceitação das pessoas, como se o gosto popular fosse consensual, igual para todos aqueles que integram as classes populares. (SOUZA, 2020, p.198)

Assume-se, então, que é necessário pensar o popular enquanto plural, derrubando a teoria de um consenso em relação aquilo que se deseja consumir. Outra associação comum do popular dá-se como sendo aquilo que é produzido pelo povo, como folclore, artes de rua e culinária. Novamente, não é um conceito errado, mas para compreender o jornalismo popular brasileiro de grande visibilidade, como o jornalismo da Rede Record, é necessário pensar por outros conceitos. Pensando o jornalismo como um produto de serviço ao povo, mas que não parte do povo, a professora Fabíola afirma que:

Outra visão que, segundo Stuart Hall, exige cuidados é pensar o popular como tudo o que o povo faz ou fez. Ligada à ideia de folclore, a cultura popular passa a ser entendida como algo genuinamente do povo, autêntico e que precisa ser conservado. Esta concepção ignora, muitas vezes, as transformações, as trocas, as relações de poder e resistência que atravessam o

terreno cultural, reafirmando a ideia de que o auge do popular já passou. (SOUZA, 2020, p.199).

Como, então, pensar a definição de jornalismo popular? O conceito deve partir da imprensa autointitulada popular e que tem sucesso com seu público-alvo, como analisa Márcia Franz Amaral (2006) em *Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular?*. Conforme lembra a pesquisadora, o jornalismo popular é amplamente consumido, uma vez que utiliza como estratégia de adesão de seu produto elementos culturais historicamente destinados às classes C, D e E: “identifica apenas um tipo de imprensa que se define pela sua proximidade e empatia com o público-alvo, por intermédio de algumas mudanças de pontos de vista, pelo tipo de serviço que presta e pela sua conexão com o local e o imediato.” (AMARAL, 2006, p10-11)

Alguns conceitos observados no jornalismo popular brasileiro se dão pelo entretenimento e proximidade com o público. Esse viés lúdico é tão enraizado ao jornalismo popular que, na pretensão de causar sensação e emoção ao telespectador, é comum a busca de temáticas do entretenimento para a produção de notícias (AMARAL; 2006. p. 5). É possível, então, afirmar que, em alguns casos, o jornalismo popular está diretamente ligado ao poder de comoção do público, não se preocupando tanto com a qualidade informativa.

Esse reposicionamento dos jornais populares não é sinônimo de qualidade. As publicações efetivamente conquistam novos públicos leitores, mas o aumento das tiragens se sobrepõe muitas vezes à função de papel social da imprensa e, portanto, o suposto ‘interesse do leitor’ fica acima do interesse público. Por terem que se aproximar de uma camada de público com baixo poder aquisitivo e pouco hábito de leitura, frequentemente deixam o jornalismo de lado para simplesmente agradarem ao leitor, em vez de buscarem novos padrões de jornalismo que reforcem os compromissos sociais do jornalismo com a população de renda mais baixa. (AMARAL, 2006, p 2-3)

Então o jornalismo popular, como conhecemos, seria raso em conteúdo realmente informativo para priorizar o melodrama? A aproximação feita ao espectador como se é feita, traz um caráter singular que retira informações fundamentais das situações relatadas. No caso da violência contra a mulher, por exemplo, é comum uma recusa em usar termos fundamentais à compreensão de que esse tipo de crime é um problema social, como citado em *Um Problema Cotidiano* (2020), a palavra feminicídio acarreta uma carga social relacionada àquele evento: “não só define o assassinato de mulheres, como também aponta para suas razões e consequências, inserindo-o como ponto terminal de uma sequência de atos de agressão, violência e discriminação” (CALDEIRA et al. 2020, p. 70). Além de que há um tratamento que coloca a mulher como causadora da sua própria morte, através dos depoimentos de pessoas próximas e, quando colocados, os depoimentos de autoridade dizem mais de detalhes pessoais

da vítima do que do caso em si, como iremos aprofundar mais à frente. Determinado tipo de jornalismo popular brasileiro, apesar do nome, não é eficaz ao tratar de questões públicas em um ponto de vista técnico, através de especialistas, por exemplo. Há uma priorização das experiências individuais às análises coletivas. Ao afirmar isso, não quero desmerecer tais experiências, mas entendo que devam ser um complemento do ponto de vista coletivo. Como afirma Amaral (2006), ao fazer esse movimento de individualização, o jornalismo perde seu caráter informativo e se transforma em uma espécie de “balcão de reclamações”:

A personalização de uma notícia pode provocar também uma extrema singularização, e nesse caso, a história perde em contextualização. Há um apagamento do caráter sócio-histórico dos fatos sociais, ou seja, eles são apresentados como permanentes e recorrentes e perdem a cadeia lógica que os relacionam. Muitas vezes, quando a notícia é personalizada, na matéria aparecem as respostas pontuais do Poder Público. Ou seja, os leitores encontram apenas o balcão de reclamações, raramente a discussão sobre as políticas públicas. (AMARAL, 2006. p.7)

Amaral (2006) ainda complementa que a inversão feita com a prioridade das fontes gera a aproximação desejada ao espectador, porém, muitas das vezes, peca na qualidade da matéria, já que apenas a visão da fonte não costuma ser o suficiente para esclarecer os fatos daquela temática. Esse movimento se torna prejudicial ao espectador que passa a ter uma visão rasa da sociedade: “Todas as matérias presentes num jornal que não têm o propósito de ampliar o conhecimento das pessoas e ficam limitadas a contar histórias interessantes, insólitas e surpreendentes podem ser enquadradas como entretenimento.” (AMARAL; 2006. p.6)

Fica claro, então, a distância no tipo narrativo da “imprensa de referência” para a “imprensa popular”. Como detalha Amaral (2006), a imprensa de referência tende a noticiar fatos que envolvam pessoas conhecidas ou em posições sociais de destaque, fatos que tenham impacto no país, fatos extremamente singulares e com desdobramentos imprevistos, além de darem preferência para os “furos” jornalísticos. Em contrapartida, a imprensa popular tende a tratar a notícia como entretenimento, deve ter caráter dramático e que seja geográfica ou culturalmente próxima ao espectador. Normalmente as narrativas assumem um caráter simplista.

1.2 COMO PENSAR UM JORNALISMO POPULAR DE QUALIDADE?

Como dito acima, mesmo sem cumprir com o seu objetivo informativo, o jornalismo popular brasileiro, tal como é discutido neste trabalho, consegue uma grande audiência e

fidelidade do espectador. É evidente que os públicos C, D e E não se veem em jornais de referência, por isso consome o jornalismo popular. Ainda que a nossa referência de jornalismo popular seja uma imprensa pobre em informação, associar diretamente ambas as coisas não seria justo. Jornalismo popular não é sinônimo de desinformação, mesmo que estudemos a partir de referências que o torne, a informação pode e deve ser associada aos interesses das classes C, D e E. Pensar em um jornalismo popular de qualidade é compreender a união da identificação do público com a informação. O que impacta diretamente na vida do cidadão médio brasileiro? O que interessa a esse público? Como informar, trazendo especialistas e informações concretas no assunto sem afastar o público?

Amaral (2006, p.6) afirma que: “Um fato será notícia na imprensa popular se puder ser narrado de maneira a ficar próximo ao leitor. É a retórica da autenticidade, muito própria dos produtos populares.” A proximidade, seja cultural ou geográfica, gera grande interesse ao espectador que se identifica com aquela matéria. Ao contrário da imprensa de referência onde pessoas da classe A e B ganham visibilidade e tem seus interesses tratados, o jornalismo popular deve dar visibilidade e tratar dos interesses das classes C, D e E, o que nos leva a compreender que o problema não está nos assuntos tratados, mas sim na forma como são levados ao público.

A priorização da sensação à informação é um ponto a ser analisado como problemático. Em seu artigo, Amaral também cita que:

Muitos jornais e programas adotam como prioritárias fontes que não têm o papel de explicar o que ocorre na sociedade, mas assumem uma função testemunhal de autenticar o acontecimento ou gerar sensação. Em muitos jornais, ocorre a intensa visibilidade da fala dos populares e o desprezo pelas fontes públicas, oficiais ou especializadas. (AMARAL, 2006, p.8)

A informação não exclui a sensação transmitida por algo, o problema se dá na anulação. O testemunho de quem viveu a situação é tão válido quanto o testemunho de um especialista na área, mas jamais deve desconsiderar o depoimento de quem poderá avaliar aquela situação através de uma visão carregada de conhecimento teórico acerca do assunto. Vale ressaltar que, principalmente em casos de violência contra a mulher, o contrário também se aplica: o testemunho de especialista não anula o testemunho e a vivência da vítima. No caso da violência contra a mulher, por exemplo, um grande problema encontrado na análise feita durante a grande reportagem produzida era a falta de um especialista falando sobre as implicações do caso, não

apenas, quando apareciam, descrevendo aquela situação de forma superficial. Nessa questão da validação da sensação sobre a informação, também temos um problema já citado anteriormente, que é o de tornar o jornalismo um balcão de reclamações.

Como afirma Amaral, as experiências enriquecem a reportagem e não devem ser excluídas, o que deve ser excluído são as problemáticas citadas acima:

A fala das pessoas comuns no jornalismo pode assumir vários sentidos e ser pertinente para, por exemplo, viabilizar o exercício da cidadania de setores excluídos ou a humanizar as notícias e reportagens. Ao conceder lugar para a fala dos populares, os jornais inovam porque no mercado simbólico do campo jornalístico a manifestação popular tem uma tímida história de inclusão nos jornais impressos, nos quais os lugares disponíveis para as falas relacionam-se à importância social, econômica e cultural das fontes. Assim, não se deve deslegitimar a participação do cidadão como fonte jornalística. No entanto, ao tornar seus leitores protagonistas das suas matérias, o jornal popular tem de tomar cuidado para não forçar a mão e tentar transformar em jornalismo aquilo que não é. (AMARAL, 2006, p.8)

As temáticas dentro do Jornalismo popular também devem ser pensadas com cautela. Nem sempre o que é de interesse público é de gosto público, como afirma Amaral (2006). O que é e como é relevante em ser noticiado para cumprir com o objetivo informativo do jornalismo? Não é relevante à matéria, por exemplo, a repetição de cenas explícitas de agressão, não agrega ao valor informativo, mas atrai e prende a atenção de espectador. Não é informativo divulgar a nova dieta milagrosa da atriz, mas faz com que as mulheres que se sentem pressionadas a ter um corpo ideologicamente perfeito se sintam atraídas por aquela notícia e consumam aquele conteúdo. O “gosto do público”, normalmente, está ligado diretamente a problemas graves da sociedade não resolvidos pela desinformação. Dessa forma:

É evidente que o interesse público não está necessariamente em oposição ao interesse particular. Mas para ter representatividade social, as notícias deveriam remeter o interesse particular manifestado pelo leitor a um contexto mais amplo (AMARAL, 2006, p.10).

A autora acrescenta que é uma obrigação ética o jornalismo pensar e noticiar o que é de interesse público, não o gosto do público.

Pode-se concluir, então, que, para pensar um jornalismo popular de qualidade, é necessário manter a proximidade cultural e geográfica e a identificação, mas que isso seja feito sem eliminar os princípios éticos do jornalismo. Falar de bolsa de valores para um público que tem preocupações financeiras mais urgentes não agrega ao conhecimento diário daquela pessoa; da mesma forma que falar em empoderamento feminino enquanto mulheres se tornando CEO's não irá atingir aquela que almeja ao menos ter carteira assinada. Não será efetivo na compreensão dessa mulher do que é o feminismo e como a violência de gênero se manifesta em sua vida. A proximidade, como já dito, geográfica ou cultural é fundamental para garantir o alcance daquela matéria nas classes C, D e E, pensando nisso, os especialistas devem fugir de discursos e comportamentos elitistas, compreendendo que a informação não está na superfície da linguagem, mas sim em seu conteúdo.

2. A MULHER NA MÍDIA

No livro *Feminicídio: #invisibilidademata*, produzido pelo Instituto Patrícia Galvão, Adriana Valle Mota (2017) afirma que mulheres são postas como causadoras da sua própria morte, são colocadas em um julgamento social após seus assassinato que gera uma segunda morte daquela mulher. Sendo assim, as mulheres são tratadas como as verdadeiras criminosas e responsabilizadas pela violência sofrida, como afirma a autora: “Seu passado (da vítima) será investigado, sua família também, assim como seu trabalho e tudo o que possa ser usado para tornar duvidosas, do ponto de vista moral, a sua memória e sua história” (MOTA; 2017. p.28)

O movimento de vasculhar cada detalhe da vida da vítima como forma de culpabilizá-la da agressão também ocorre com o agressor, porém com uma proposta invertida: enquanto o histórico da vítima serve como fator condenatório, o histórico do agressor serve como uma forma de inocentá-lo ou culpar algum fato em sua vida que o levou a agressão. Como apontam Leal et al. (2020) em *Um Problema cotidiano: Jornalismo e violência contra a mulher no Brasil*, as narrativas jornalísticas, normalmente, ignoram os casos de violência contra a mulher como sendo um crime de gênero:

Se podemos apontar para um ponto de convergência entre as mídias que compuseram o corpus da pesquisa, ele certamente está na dificuldade de todas elas de tratar as violências físicas e simbólicas contra mulheres como componentes das relações de gênero. A leitura do conjunto de narrativas pouco informa sobre as dinâmicas e hierarquizações que, a partir da misoginia,

do patriarcalismo, do machismo e demais modalidades de depreciação das mulheres leva a que elas sejam sistematicamente assassinadas, agredidas física e moralmente e, não raro, culpabilizadas por aquilo de que são vítimas. (LEAL et al. 2020, p 60-61)

Em *Dar-se a ver: Textualidades, gêneros e sexualidades em estudos da Comunicação*, Caldeira (2018) conclui, a partir de suas pesquisas, que, em reportagens que relatam violência contra a mulher, existem algumas perguntas recorrentes que levam a inteligibilidade de culpabilização da vítima ou de fatores excepcionais. Essas perguntas seriam: “Por que o homem matou essa mulher?”, “A vítima DEU motivos ao agressor para ser morta?”, “Como se deu essa morte, quais os detalhes?”, “Qual era o estado emocional do agressor no momento da morte?”, “A mulher sabia do histórico de violência do homem com quem convivia?” e “O homem que assassinou essa mulher mostrou sinais de arrependimento?”.

Explicando brevemente cada pergunta à luz dos estudos de Caldeira (2018), pode-se concluir que a primeira pergunta não seria necessariamente problemática se fosse uma questão de apenas compreender os fatos acerca daquele acontecimento. No entanto, normalmente é usado como um classificador do motivo da agressão, como exemplifica Caldeira (2018): uma mulher que se recusa a ter relações sexuais e por isso é assassinada, na visão narrativa, não foi uma mulher vítima de misoginia e tentativa de estupro, mas sim uma mulher que poderia ter evitado a própria morte se tivesse cedido aos avanços sexuais, mesmo que indesejados.

A segunda pergunta que a mídia costuma buscar responder; e, talvez, a mais problemática, diz respeito à culpabilização direta da vítima. Há uma busca profunda, como já citado anteriormente, na vida e história daquela mulher, algo que possa justificar sua agressão e, por menor que seja, se encontrado, aquele fator será colocado para julgamento público, deixando o imaginário coletivo compreender a mulher como merecedora daquela agressão por seus atos, a “má vítima”.

A segunda indagação recorrente se assemelha à primeira, mas traz consigo outras camadas que apontam para a compreensão da violência de gênero. A questão ‘a vítima DEU motivos ao agressor para ser morta?’ atribui uma culpa à mulher, ao passo que ‘por que o homem matou essa mulher?’ atribuiu razão ao homem. Seja para negar que a vítima deu motivos para ser morta ou para negar que ela provocou o agressor, o próprio gesto jornalístico de fazer essa indagação é problemático porque supõe que existe um motivo razoável dado pela mulher para implicá-la em sua própria morte. Assim, o jornalismo separa as mulheres em ‘boas vítimas’ e ‘más vítimas.’ (CALDEIRA, 2018, p.163)

Ao tratarmos da indagação “Como se deu essa morte, quais os detalhes?”, voltamos à inocência da pergunta quando dada para a compreensão dos fatos, mas, ao se tratar de violência contra a mulher, mais uma vez é posta como um questionamento tendencioso onde pode haver algum fator que retire a compreensão daquele crime como violência de gênero. Normalmente os detalhes da morte ganham mais destaque do que a motivação da violência em si, que se dá em função de o homem acreditar que tem posse sobre a vida e corpo das mulheres. A misoginia é então apagada, para dar espaço para os detalhes de como aquela mulher foi agredida, para a reconstituição da cena. Vale ressaltar que, como analisada na grande reportagem, mesmo com a descrição dos crimes, há uma relutância no uso de termos que associem aquele crime a um crime de cunho machista.

Quando falamos da indagação sobre o estado emocional do agressor, estamos nos referindo, novamente, à tentativa de se justificar aquele crime como um rompante, algo não recorrente e, conseqüentemente, não relacionado às violências diárias vividas pelas mulheres na sociedade.

As narrativas indagam “qual era o estado emocional do agressor no momento da morte?” para instaurar a noção de que um assassinato que corresponde a uma violência sistemática só foi cometido porque o agressor estava “fora de si”, “fora de seu juízo perfeito” quando cometeu o ato. Essa prática relativiza a violência sofrida e inscreve a capacidade de agência na instância do agressor. O estado emocional do homem como recurso forte para construção da cena acentua o ato de agressão em si e minimiza o processo de violência, seu desenrolar (CALDEIRA, 2018, p.164-165)

Esse direito à isenção de culpa por um momento de delírio cedido aos homens é negado às mulheres. Se a vítima, em algum momento da vida, tiver feito o uso de drogas lícitas ou ilícitas, por exemplo, e, nesse momento, sofrer um estupro, a culpa será posta nela. Entretanto, caso o agressor estupe uma mulher sobre efeito de substâncias químicas, ele será colocado como inocente, incapaz de responder por seus atos de agressão.

Já a quinta pergunta, que busca ser respondida pelos meios de comunicação, “A mulher sabia do histórico de violência do homem com quem convivia?”, acarreta numa compreensão de que a mulher, por saber da “personalidade” violenta do homem com o qual se relacionava, tinha ciência dos riscos que corria, como se compactuasse com as atitudes do agressor e consentisse a agressão. Assim esclarece Caldeira (2018):

É quase como perguntar se era possível ela prever que morreria. Apesar de pedir por um histórico, a narrativa constrói a violência ali referida como um gesto episódico. Nessa lógica, se o homem assassino era conhecidamente violento e a mulher continuou uma relação com ele, se expôs ao risco de forma deliberada e não é absurdo que ‘lide com as consequências’. Quando o jornalismo indaga pelo histórico e pergunta se a mulher sabia dele, pressupõe que ela não quis tomar iniciativa de romper aquela situação, escolheu ficar em um relacionamento violento — entende-se que ela é o que circula na fala miúda como ‘mulher de malandro’, uma figura feminina que supostamente ‘gosta de apanhar’ por não quebrar o ciclo. (CALDEIRA, 2018. p.165)

É colocada, então, na mulher a responsabilidade de quebrar o ciclo da violência de um homem que não busca fazer nada para corrigir em si seus “comportamentos violentos”. É como se a mulher fosse responsável por corrigir aquele homem, assumindo o risco de ser agredida, visto que já sabia que, em outros momentos, ele havia agido da mesma forma.

Por fim, temos a pergunta que muitas vezes leva, inclusive, às mulheres a se manterem em um relacionamento abusivo, como explicado na grande reportagem: “O homem que assassinou essa mulher mostrou sinais de arrependimento?”. Essa indagação compreende o homem como agressor e responsável por seus atos, porém, passível de total redenção ao se mostrar minimamente arrependido.

O gesto não apenas indica uma possibilidade de atenuar a violência cometida pelo homem caso ele tenha se arrependido como reforça que assassinatos de mulheres são cometidos em estado excepcional. Ao colocar a tônica da construção da cena no arrependimento, o jornalismo mais uma vez apaga a mulher e a violência de gênero, uma vez que se não é o crime que importa, mas sim o arrependimento, há um ‘como se não houvesse havido’ (CALDEIRA, 2018. p.165)

O arrependimento do homem agressor é exaltado como a de alguém que compreende tão profundamente seu erro que jamais poderia ferir novamente outra mulher. Ou seja, novamente coloca aquela agressão como um fato isolado, onde o agressor ganha o benefício da dúvida e o fator de violência de gênero é novamente apagado.

Tais perguntas criam uma espécie de labirinto narrativo que, de uma forma ou outra, a vítima será posta como causadora de sua morte e o agressor como vítima, eliminando completamente quaisquer possibilidades de retratar tais violências pelo que são: violência contra a mulher. Dessa forma, temos com sucesso, uma dupla violência contra a mulher que se torna um ciclo retroalimentício, onde ela é agredida por uma figura masculina que, muitas vezes

sequer compreende aquilo enquanto uma violência contra a mulher e a mídia, ao retratar tal violência, alimenta o discurso de mulher percussora da própria morte e de uma agressão comum, independente de gênero.

DIÁRIO DE PRODUÇÃO

Como citado durante a introdução, houve uma grande necessidade de reformulação do projeto. Tal fato se deu quando, em 6 de junho de 2021, o projeto que até então estava sendo executado com grandes dificuldades em conciliação de horário com a fonte, foi arquivado. O motivo do arquivamento se deu justamente pelas entrevistas estarem cada vez mais escassas e com pouco rendimento, não possibilitando um material consistente a ser entregue para a banca. A ideia inicial se voltava a um jornalismo literário, onde a história da entrevistada seria relatada em um romance de não-ficção. O arquivamento aconteceu em comum acordo entre mim, o orientador Felipe Viero Kolinski Machado Mendonça e a fonte do era, até então, livro-reportagem, relatando a história de uma mulher sobrevivente à violência doméstica.

Houve, então, uma grande necessidade de reformulação das ideias para manter o objetivo do projeto inicial e, após alguns dias de conversa e sugestões com meu orientador Felipe Viero, ocorreu a entrega de um novo pré-projeto, em 13 de junho de 2021, onde definimos que produziríamos uma grande reportagem com a mesma temática; mas, dessa vez, ao invés de narrar histórias, íamos analisar e compreender a dupla violência gerada pela mídia e sociedade. A realização desse TCC, a partir de então, tornou-se uma batalha contra o tempo: como fazer algo em cerca de dois meses e meio, que normalmente é realizado em dois períodos? Como entregar um trabalho claro, informativo e consistente se estamos iniciando do zero e com tão pouco tempo para pesquisa e produção?

Foi necessário pensar cada passo com cautela, mas também com urgência. Em 15 de junho, foi entregue a primeira proposta de estrutura da reportagem e memorial, pensando no objetivo informativo e analítico da matéria. Com algumas alterações e sugestões, definiu-se um dia após, em 16 de junho, como ficaria os gêneros anteriormente citados.

A partir de então, foi necessário dar o primeiro – e talvez o mais longo- passo. Comecei a escolher as reportagens a serem analisadas através de um filtro definido previamente: casos que tivessem se passado em Minas Gerais e que não fossem anteriores as 2015. Esse critério

propõe, de certa forma, compreender as narrativas de maneira mais próxima à realidade vivenciada atualmente, assim como num espaço delimitado geograficamente. Essa busca demorou cerca de 11 dias; não sabia, ao certo, se queria reduzir a análise a apenas um veículo ou mais de um. Não sabia quantos casos queria incluir ou quais casos incluir. É especialmente perturbador assistir a histórias de mulheres reais que merecem ser contadas e ter uma narrativa mais humanizada, além de ter que pensar friamente quais casos me ajudariam a cumprir melhor meus objetivos. Essa etapa foi, para mim, a mais difícil. Eu senti, de certa forma, reproduzindo algo que sempre me incomodou profundamente na mídia ao se tratar de violência contra a mulher: escolhendo quais histórias mereciam ser contadas. Sem contar também, que para fazer minhas escolhas, precisei assistir a inúmeros casos e alguns repetidas vezes para conseguir compreender quais seriam mais adequados para a construção da grande reportagem. Essa repetição, junto a esse pensamento e a exposição visual a tanta violência contra a mulher; definitivamente, fez com que essa fosse a parte mais exaustiva do trabalho, especialmente pelo fator psicológico.

A pré-seleção de seis reportagens foi entregue dia 27 de junho. A escolha de apresentar esse material ao meu orientador se deu pelos fatores já ditos acima. Eu, sozinha, não conseguia mais delimitar qual reportagem deveria entrar ou não. Ao final, ficaram quatro reporta, citadas na grande reportagem “Mulher é assassinada ao sair de festa do peão em Minas Gerais”, “Mulher é assassinada com pelo menos 14 tiros” e “Homem é suspeito de agredir e cortar o cabelo da namorada em BH” e “‘Faladora’ e ‘sapecas’: quem era Lorenza de Pinho, que pode ter sido morta em ritual macabro”.

O meu interesse nas reportagens se deram não somente às suas formas narrativas. A minha ideia era trazer uma certa diversidade às fontes, para assim compreender quais pontos seriam comuns e divergentes nas narrativas. Um ponto que notei e que mais tarde foi confirmado através da pesquisa e leitura, é como o status socioeconômico da vítima e do agressor costuma ter grande influência nas reportagens de violência contra a mulher. Como afirmam os professores Leal et al. (2020) em *Um Problema Cotidiano*, há uma clara preferência em relatar crimes cometidos contra mulheres de menos status socioeconômico.

No que se refere ao nível socioeconômico e ao pertencimento a determinada classe social, as pistas são mais visíveis, especialmente pela indicação dos bairros onde residiam as mulheres. Sem dúvida, o recorte da pesquisa indica que as mídias jornalísticas analisadas privilegiam em suas narrativas crimes

cometidos contra mulheres pertencentes a classes sociais de menor poder aquisitivo. (LEAL et al. 2020, p. 29)

Evidentemente, apesar de serem as vítimas preferenciais a serem retratadas, os professores também afirmam que não há indicativo claro, ao menos nas narrativas analisadas por eles – bem como durante os meus estudos em minha pesquisa– que tornem essas mulheres vítimas preferenciais a serem relatadas. Das quatro vítimas, Roseli, Ana Paula, Lorenza e a anônima, apenas a Lorenza de Pinho possuía um certo status socioeconômico de destaque. O que também é justificado pela pesquisa *Um Problema Cotidiano (2020)*, ao afirmarem que: “Eventuais exceções ficam por conta de casos envolvendo mulheres já socialmente conhecidas, assassinadas no exterior ou cujas circunstâncias da morte ou outras formas de violência predominam sobre o critério de classe social.” (LEAL et al. 2020, p.29)

Casada com o promotor de justiça André de Pinho, o homem responsável pelo seu assassinato, Lorenza Pinho teve a maior parte do sangue do seu corpo removida pelo seu marido, que a matou asfixiada em decorrência de uma intoxicação induzida através da mistura de altas dosagens de antidepressivos e bebida alcoólica. Foram encontrados materiais genéticos embaixo das unhas de Lorenza e lesões em sua cabeça, indicativos de que a vítima havia entrado em embate físico com o autor do crime, pouco antes do seu assassinato.

Apesar dessas constatações acerca de como o crime ocorreu, o resultado da perícia e das investigações, o caso atraiu muita atenção pelo motivador e peculiaridade de fatos do crime. De um casal aparentemente feliz e saudável e com grande ascensão social, não se é esperado que um crime tão macabro faça parte de sua história. Porém, em uma das 116 reportagens publicadas pelo G1 Minas, é afirmado pela promotoria que André Pinho cometeu o crime por Lorenza não estar cumprindo seu papel como mãe e esposa.

Além dos absurdos que claramente apontam para uma violência de gênero, como já analisado acima, um outro fator que nos chama a atenção foi que, o simples fato de Lorenza de Pinho ser uma mulher com mais visibilidade social, o G1 Minas produziu cerca de 116 reportagens sobre o caso, muitas vezes repetitivas, mas que buscavam entrevistar todos e quaisquer envolvidos e conhecidos da vítima. Enquanto que os casos das outras três mulheres analisadas renderam apenas uma matéria cada, pouco informativas, onde o foco era detalhar o crime, muitas das vezes, apagando completamente a mulher.

É possível compreender, então, que apesar de raramente serem foco de narrativas de violência contra a mulher, aquelas que tem posição de destaque social, quando alvo desse tipo de matéria, ganham um detalhamento e visibilidade absurda, mesmo que sejam culpabilizadas. No caso da Lorenza, a culpa foi acarretada a ela, por ser uma mulher que lidava com transtornos psicológicos. Ou seja, visibilidade não é garantia de um tratamento justo pela sociedade e mídia.

Ao escolher o caso da Rosali das Graças Santos, meu principal incômodo foi na dramatização excessiva feita pelo repórter. Como posto na grande reportagem, houve um uso absurdo de efeitos sonoros, reconstituição de cena, depoimentos que a colocassem como a mulher ideal que não merecia morrer, mas que teve sua vida ceifada por dois “bandidos”. Mesmo posta como a “boa vítima”, é novamente excluída de quaisquer narrativas que associem o crime a uma violência de gênero, mesmo tendo sido um estupro seguido de assassinato.

Já os casos de Ana Paula Campestrini e da vítima anônima, a escolha se deu pelo choque. Ambas as reportagens tem repetições excessivas e explícitas dos momentos exatos da violência, e, ainda assim, há pouquíssima informação sobre a vida dessas mulheres, até mesmo do caso em si. Eu não tinha ideia quem eram essas mulheres e, mesmo após dois meses de análise, continuo sem conhecê-las minimamente, mesmo tendo sido tão expostas.

Quando a escolha ficou, então, clara, foi momento de escolher os entrevistados. Dia 6 de julho já tinha marcado entrevistas com as duas psicólogas escolhidas para a reportagem: Márcia Lacerda e Clarissa Andrade. Além disso, também optei por conhecer, mais profundamente, os estudos em análise do discurso feitos por minha mãe, Maria de Lourdes Nolasco Cardoso, em sua dissertação de mestrado. Apesar de as três mulheres representarem uma grande contribuição teórica que enriqueceriam a matéria, ainda era necessário alguém da comunicação. A ideia inicial era trabalhar com a pesquisadora Bárbara Lopes Caldeira, fechando, assim, um elenco composto apenas por mulheres. Entretanto, devido à urgência de execução, foi necessário abrir mão da ideia de entrevistar apenas figuras femininas para a reportagem. O professor Bruno Leal, conhecido por seus trabalhos em pesquisa na área de representações gênero na mídia, rapidamente se prontificou a contribuir, após um pedido do meu orientador, Felipe Viero. Foram agendadas, então, todas as entrevistas para a segunda metade de julho, de acordo com a disponibilidade das fontes.

As quatro entrevistas tiveram, em média, duração de uma hora e meia cada uma, extremamente informativas e com grande contribuição à matéria. A partir de então, separei

trechos e comecei a selecionar quais pontos eram fundamentais e não poderiam faltar na reportagem; para, finalmente, iniciar o processo de escrita.

Além das entrevistas, também eram necessárias pesquisas e artigos que contribuíssem para uma revisão bibliográfica que dialogasse com os pontos pertinentes na reportagem, comprovando e guiando as análises feitas. Dentre os textos citados durante os estudos, um ganha principal destaque por ter guiado boa parte da minha pesquisa: *Um Problema Cotidiano: Jornalismo e violência contra a mulher no Brasil* (Leal et al. 2020) foi fundamental para minha construção narrativa, já que dialoga diretamente com a reportagem produzida.

Após a leitura, escolha de trechos dos livros, artigos e entrevistas, finalmente coloquei em prática a construção da reportagem; para, em 13 de agosto, entregar a primeira versão do texto para a correção do orientador, Felipe Viero. A esse ponto, a ansiedade era constante, havia pouco tempo para muito trabalho a ser feito; mas, com o auxílio do Felipe Viero e a ajuda nas correções gramaticais e construções frasais feitas pela minha mãe e professora, Maria de Lourdes, o trabalho impossível, tornou-se uma realidade.

Dia 16 de agosto foi entregue a segunda versão da reportagem, já mais completa e detalhada, necessitando de poucas correções pontuais para a entrega da versão final. Dediquei-me, então, ao memorial, entregando sua primeira versão já em 23 de agosto. Vale destacar a dedicação do meu orientador, Felipe Viero, em agilizar a correção e me entregar no mesmo dia o texto com as anotações necessárias; a fim de que, em 24 de agosto, acontecesse a segunda entrega do memorial.

Apesar de ser uma escrita mais técnica, a construção do memorial me exigiu certo tempo pela sua carga teórica. A revisão bibliográfica pedia um tempo ao qual eu não tinha para dedicar a ela. Por noites seguidas, ia dormir de madrugada para acordar às sete e ir para meu estágio. Apesar da exaustão, o resultado da minha pesquisa me animava, mesmo não sendo o trabalho que idealizei, a princípio, sinto que cumpri meu objetivo de informar mulheres, alertar homens sobre seus comportamentos possivelmente abusivos e instruir colegas do jornalismo a repensar suas narrativas ao se tratar da cobertura de violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Karina Gomes. *Um amor desses de cinema: os amores nos filmes de amor hollywoodianos – 1977-2007*. 209 páginas. Dissertação de mestrado em Comunicação Social. UnB: Brasília, 2009.

MACHADO, Felipe Viero Kolinski *et al.* *Dar-se a ver: Textualidades, gêneros e sexualidades em estudos da Comunicação*. 239 páginas. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UFMG. Belo Horizonte, 2018.

LEAL, Bruno Souza *et al.* *Um problema cotidiano: Jornalismo e violência contra a mulher no Brasil*. 228 páginas. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UFMG. Belo Horizonte, 2020.

SAMPAIO, Ariano de Oliveira. **Como as TVs pensam suas próprias marcas?** Um olhar sobre o posicionamento de marca da TV Record e TV Globo nos telejornais das 20 horas (2007-2009). Revista FAAC, v.2, p. 91-100, abr/set. 2012.

ROSA LUXEMBURGO, Fundação. Instituto Patrícia Galvão. **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo, 2017.

SOUZA, Fabíola Carolina de *et al.* **Telejornalismo 70 anos: o sentido das telas e nas telas**. 1ª edição. Florianópolis: Editora Insular, 2020.

AMARAL, MÁRCIA FRANS. **Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular?** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXIX, 2006, Brasília.

MINISTÉRIO, Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. Brasília, 2020.